



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2024

MANHÃ

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA DE FISCALIZAÇÃO CIÊNCIAS ATUARIAIS

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

Módulo I - Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Assinale a opção em que os termos estão em paralelismo sintático, ou seja, apresentam segmentos estruturalmente idênticos.

- (A) Viajarei pela Europa, conhecerei Paris e voltarei feliz da vida.
- (B) Pelas notícias de ontem, o jornal de hoje faz temer as de amanhã.
- (C) A imprensa mente, deturpa os fatos e agride o vernáculo.
- (D) A conversa não é apenas dizer a coisa certa no momento certo, mas não dizer o que está errado no momento preciso.
- (E) O amor é mais precioso que a vida, e a honra é mais preciosa que o dinheiro.

2

As frases abaixo mostram uma comparação. Assinale a opção em que a comparação **não** é explicada.

- (A) Ideias são como crianças. As nossas são sempre maravilhosas.
- (B) As bibliotecas são como as farmácias: muitos venenos e poucos remédios.
- (C) A leitura, como a comida, não alimenta se não digerida.
- (D) Os discursos são como as orações copiadas dos textos religiosos.
- (E) Os talheres são como o papel higiênico: só ficam limpos se não forem usados.

3

As frases abaixo são construídas contando com a duplicidade de sentido de um termo, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Livro raro é aquele devolvido depois de emprestado.
- (B) Eu, quando tenho de enviar uma mensagem, não escrevo um livro: vou aos Correios.
- (C) Como dizia o esquetejador, vamos por partes.
- (D) Os homens de poucas palavras são os melhores.
- (E) A única pessoa que escuta os dois lados de uma discussão é o sujeito do apartamento vizinho.

4

Assinale a opção em que a frase inicial, introduzida pela conjunção “se”, **não** apresenta valor de condição.

- (A) Se a voz do povo é a voz de Deus, começo a pressupor que Deus é um sujeito muito calado.
- (B) Se os homens são tão maus com o auxílio da religião, como seriam sem ela?
- (C) Se os homens tivessem verdadeiramente convicção de sua fé, seriam todos santos.
- (D) Se quiserdes saber o que Deus pensa do dinheiro, é só olhar a quem Ele o dá.
- (E) Se existe Deus, por que há coisas como a fome e os horários políticos na televisão?

5

Assinale a frase em que o termo sublinhado mostra valor interrogativo.

- (A) Não sei como é a alma de um criminoso, mas a alma do homem bom, honesto, é um inferno.
- (B) Se quem ama o vinho e o amor vai para o inferno, o paraíso deve estar vazio.
- (C) Onde há humanos há moscas e deuses.
- (D) Uma sociedade sem religião é como um navio sem bússola.
- (E) Não é lícito confiar quando os deuses são contrários.

6

Assinale a opção que apresenta o texto que deve ser classificado como descritivo.

- (A) A escola de samba entrou na avenida, passou diante dos jurados e, quando saiu na zona de dispersão, dava a impressão de ter certeza da vitória.
- (B) Os jurados estavam sentados numa espécie de plataforma que se debruçava sobre a passarela do desfile, mostrando sempre muita atenção ao que se desenrolava à sua frente.
- (C) As escolas de samba continuam sendo uma grande atração do carnaval carioca e é a razão principal da presença de turistas na cidade do Rio.
- (D) O mestre-sala exibiu toda a sua categoria de sambista, fez os cumprimentos necessários aos jurados, agradeceu os aplausos do público e continuou sua caminhada.
- (E) A bateria de uma escola de samba é uma atração à parte, atraindo o interesse do público em geral, já que ela se encarrega de dar o ritmo necessário ao samba.

7

Observe o trecho descritivo abaixo, que tem por objeto um personagem de uma cidade interiorana:

‘Seu Paulo’ era um mineiro já de alguma idade, que já havia trabalhado em São Paulo como motorista, mas agora era um faz-tudo em Lavras. Tinha bom humor, gostava muito de conversar e, na minha pequena propriedade, fazia as pequenas tarefas agrícolas diárias, como limpar o terreno, botar água nas plantas e tirar pragas que surgissem na grama.

Essa pequena descrição

- (A) procura identificar o personagem por meio de seus traços físicos.
- (B) destaca sobretudo os traços psíquicos do personagem.
- (C) mostra traços físicos e psíquicos do personagem.
- (D) descreve o personagem em diversas épocas, procurando valorizá-lo.
- (E) indica somente características sociais do personagem descrito, mostrando-o como símbolo do interiorano.

8

Observe o pequeno texto narrativo a seguir:

Passeava despreocupadamente pelas ruas do meu bairro e passei diante de uma loja da loteria esportiva e me lembrei de que havia um alto prêmio acumulado. Fiquei tentado em jogar, mas não podia gastar aquele dinheiro no momento e desisti. Um pouco mais adiante, porém, arrependi-me e voltei para a loja.

Sobre a estruturação desse texto narrativo, assinale a afirmação **inadequada**.

- (A) Há uma situação inicial que mostra o passeio despreocupado do narrador.
- (B) Ocorre um fato motivador de uma modificação na situação inicial, que é o fato de passar pela loja de loteria e lembrar-se do prêmio acumulado.
- (C) Há uma discussão interior do personagem que corresponde à trama narrativa e a um problema a ser resolvido.
- (D) Desistir de jogar corresponde a uma solução temporária do conflito interior do narrador.
- (E) Arreponder-se equivale ao final da narrativa, em que o conflito do texto é resolvido.

9

Assinale a oração adversativa que estabelece entre os segmentos indicados uma relação de real oposição.

- (A) A palavra é dom de todos, mas a sabedoria cabe a poucos.
- (B) Há muito o que saber, mas pouco que viver.
- (C) O que os homens realmente querem não é conhecimento, mas certezas.
- (D) Esteja pronto para escutar, mas lento para dar a resposta.
- (E) Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.

10

Leia a frase abaixo com atenção:

Ninguém fica velho apenas por viver, mas por perder o interesse em viver.

Assinale a afirmativa correta o significado ou a estruturação dessa frase.

- (A) A relação entre os segmentos da frase não é de oposição, mas de diferença.
- (B) O adjetivo “velho”, no contexto da frase, tem alto valor pejorativo.
- (C) O segundo segmento da frase retifica algo dito erradamente no primeiro segmento.
- (D) O termo “fica velho” pode ser adequadamente substituído por “envelheceu”.
- (E) O emprego de “apenas” mostra uma visão negativa do ato de viver.

Matemática Financeira, Estatística e Raciocínio Lógico

11

O campeonato interestelar de *wongwong* será disputado por 24.225 jogadores. Cada partida de *wongwong* é disputada por dois jogadores e, como resultado, ao final há um vencedor e um perdedor. O campeonato será todo eliminatório, ou seja, em cada partida o perdedor é eliminado e o vencedor prossegue na disputa.

Assim, o número de partidas desse campeonato será igual a

- (A) 24.224.
- (B) 100.640.
- (C) 120.460.
- (D) 412.224.
- (E) 1.024.316.

12

Juvenal obteve um empréstimo de R\$10.000,00 e se comprometeu a quitar a dívida em parcelas mensais, com juros de 5% ao mês sobre o saldo devedor. Ao final do primeiro mês, Juvenal pagou R\$4.000,00 e, ao final do segundo mês, pagou mais R\$4.000,00.

Se Juvenal resolver quitar a dívida ao final do terceiro mês, deverá pagar

- (A) R\$2.000,25.
- (B) R\$2.225,25.
- (C) R\$2.650,25.
- (D) R\$2.788,25.
- (E) R\$2.966,25.

13

A negação de *Se meu time ganhar o campeonato então vou viajar* é

- (A) Meu time não ganha e eu não viajo.
- (B) Se meu time perder então vou viajar.
- (C) Se meu time perder então não vou viajar.
- (D) Meu time não ganha e eu viajo.
- (E) Meu time ganha e eu não viajo.

14

Um campeonato de futebol de várzea terminou. A tabela a seguir mostra o número de gols marcados e de gols sofridos por cada equipe.

Equipe	Gols marcados	Gols sofridos
Ababá	32	21
Bebebé	29	16
Cracrará	33	42
Dededé	X	22
Evevé	21	40
Fafafá	19	39
Gigigi	40	33
Hohoho	29	27

A quantidade X de gols marcados pelo Dededé foi

- (A) 31.
- (B) 33.
- (C) 35.
- (D) 37.
- (E) 39.

15

Numa sala estão 16 pessoas, 10 das quais são homens e 6 são mulheres. Duas pessoas diferentes desse grupo são sorteadas.

A probabilidade de que sejam sorteadas duas mulheres é igual a

- (A) 12,5%.
- (B) 16,0%.
- (C) 22,5%.
- (D) 37,5%.
- (E) 50,0%.

Ética no Serviço Público

16

Um objetivo consagrado no Código de Ética e Disciplina dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará (Resolução nº 18.523/2013), é o de

- (A) fomentar a utilização de informação privilegiada após o exercício do cargo, para que o respectivo servidor possa obter dela vantagem.
- (B) impor o sigilo de todas as informações que tramitam perante o Tribunal de Contas, diante da relevância das situações analisadas pelo órgão de controle, no exercício de suas atribuições constitucionais.
- (C) propiciar, no campo ético, regras específicas sobre o conflito de interesses públicos e privados, de modo fazer prevalecer esses últimos sobre aqueles anteriormente mencionados.
- (D) assegurar aos servidores do Tribunal de Contas a preservação de sua imagem, ainda que seu comportamento seja contrário as normas éticas estabelecidas pela aludida norma.
- (E) tornar transparentes as regras éticas de conduta dos servidores do Tribunal de Contas, para que a sociedade possa aferir sua integridade e a lisura do processo de apreciação das contas públicas.

17

No âmbito do microsistema legal de proteção ao patrimônio público e de combate à corrupção, a colaboração premiada tem, nos últimos tempos, ganhado especial destaque como relevante instrumento na apuração das respectivas condutas ilícitas.

À luz do disposto na Lei nº 12.850/2013 e da orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema é correto afirmar que

- (A) é inconstitucional a utilização de colaboração premiada prevista na mencionada norma em ação de improbidade administrativa, em quaisquer circunstâncias.
- (B) as declarações do agente que realiza a colaboração premiada com o Ministério Público são suficientes para o início da ação civil por ato de improbidade ajuizada pelo *parquet*, ainda desacompanhadas de outros elementos de prova.
- (C) a obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente que realiza a colaboração premiada deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização.
- (D) o acordo de colaboração premiada formalizado pelo Ministério Público não depende da interveniência da pessoa jurídica interessada, bastando a homologação da autoridade judicial.
- (E) a realização do acordo de colaboração premiada pelo Ministério Público será remetida para a análise do Juízo, sendo desnecessária a oitiva do colaborador pelo Magistrado, para fins de homologação.

18

Após o devido processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei nº 5.810/1994, foi aplicada a Marcelo a penalidade de demissão. Contudo, seis anos após a imposição da sanção vieram à tona fatos novos que Marcelo acredita serem capazes de demonstrar a sua inocência em relação à infração funcional que ensejou a aludida penalidade, razão pela qual ele almeja instaurar a revisão do referido processo.

Acerca da revisão do processo, à luz do Diploma Legal em comento, é correto afirmar que

- (A) operou-se a prescrição para a pretensão revisional de Marcelo, que se submete ao prazo de cinco anos.
- (B) caso os fatos novos indiquem o contrário do almejado por Marcelo, é possível o agravamento da sanção.
- (C) a revisão não poderá correr em apenso ao processo originário, devendo ensejar processamento em apartado e independente.
- (D) o ônus da prova no processo revisional cabe à Marcelo, que deve demonstrar os elementos novos não apreciados no processo originário.
- (E) a Comissão revisora terá o prazo de até 30 (trinta) dias para concluir o processo e o julgamento cabe à autoridade superior àquela que aplicou a penalidade.

19

No âmbito das normas internacionais voltadas para o combate à corrupção, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, objeto do Decreto nº 5.015/2004, é designada como Convenção de

- (A) Palermo.
- (B) Nagoya.
- (C) Estocolmo.
- (D) Mérida.
- (E) Tóquio.

20

Após o devido processo legal, a Sociedade Transgressora sofreu a aplicação de penalidade prevista na Lei nº 12.846/2011, em decorrência da prática de ato lesivo à Administração Pública, mas está analisando a extensão dos efeitos da sanção, com relação aos dirigentes e administradores, ou eventualmente para outra sociedade, caso venha a promover uma alteração societária, considerando que desde antes da penalidade vinha analisando a possibilidade de promover uma fusão ou cisão.

Diante dessa situação hipotética, à luz da norma em questão é correto afirmar que

- (A) a penalidade aplicada à pessoa jurídica é automaticamente estendida aos seus administradores e dirigentes, independentemente de sua culpabilidade.
- (B) apenas as sanções aplicadas na esfera judicial podem ser estendidas para os administradores ou dirigentes ou mesmo para outra sociedade nas hipóteses de alteração contratual, transformação, fusão ou cisão.
- (C) a aplicação de penalidade com fulcro na lei em questão é pessoal, de modo que não subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- (D) considerando que a responsabilização da pessoa jurídica depende da responsabilidade individual de pessoas naturais, as penalidades aplicadas subsistem nas hipóteses de alteração societária, caso tais indivíduos venham a integrar o novo quadro societário.
- (E) inexistindo simulação ou evidente intuito de fraude, na hipótese de eventual fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas na lei em comento.

Legislação Específica

21

O Tribunal de Contas do Estado do Pará recebeu, para fins de apreciação de sua legalidade, atos de concessão de aposentadoria editados no âmbito do Poder Executivo do Estado. Havia informação, no processo administrativo, de que foram descumpridos prazos estabelecidos no Regimento Interno.

Em situações dessa natureza, à luz da Lei Complementar estadual nº 81/2012, é correto afirmar que o Tribunal de Contas

- (A) deve denegar o registro dos atos de aposentadoria.
- (B) instaurar processo administrativo autônomo para apurar a irregularidade detectada.
- (C) registrar ou denegar o registro do ato de aposentadoria, sem prejuízo da aplicação de multa.
- (D) instaurar tomada de contas especial, de modo a verificar o cumprimento dos prazos junto ao ente de origem.
- (E) desmembrar o feito, de modo que o processo por ilícito administrativo tramite destacado do processo de registro.

22

Determinada Secretaria de Governo do Estado do Pará realizou levantamento a respeito dos bens imóveis do Estado e constatou que seria importante para o interesse público que uma parte deles fosse alienada. Por tal razão, solicitou que sua assessoria analisasse a necessidade, ou não, de autorização da Assembleia Legislativa.

A assessoria respondeu corretamente, à luz da Constituição do Estado do Pará, que

- (A) a autorização prévia somente é exigida em se tratando de alienação gratuita.
- (B) a autorização prévia é exigida tanto para a alienação gratuita como para a onerosa.
- (C) por força do princípio da divisão das funções estatais, a autorização não é exigida.
- (D) a autorização prévia somente é exigida para os bens situados no arquipélago de Marajó.
- (E) a autorização prévia somente é exigida para os bens com metragem superior a um alqueire.

23

Ana, servidora do Tribunal de Contas do Estado do Pará, foi incumbida por seu superior hierárquico de encaminhar determinado expediente ao órgão ou agente competente para exercer os encargos de inspeção e correição geral permanentes.

Após analisar o regimento interno Tribunal, Ana concluiu corretamente que o referido órgão é

- (A) o Corregedor.
- (B) o Tribunal Pleno.
- (C) a Auditoria-Geral.
- (D) o Presidente do Tribunal.
- (E) a Central de Fiscalização Interinstitucional.

24

Diversas organizações não governamentais, com sede e operações no Estado do Pará, consultaram um especialista em relação à forma de operacionalização da iniciativa popular na forma como disciplinada pela Constituição do Pará. Elas almejavam saber se seus associados poderiam apresentar proposições legislativas, bem como que proposições poderiam ser apresentadas.

O especialista respondeu corretamente que

- (A) apenas projetos de lei, ordinária ou complementar, podem ter iniciativa popular.
- (B) podem ter iniciativa popular tanto projetos de lei como propostas de emenda constitucional.
- (C) os projetos de lei de iniciativa popular devem ser subscritos, no mínimo, por dez por cento do eleitorado do Estado.
- (D) os projetos de lei de iniciativa popular devem ser subscritos, no mínimo, por quinze por cento do eleitorado do Estado.
- (E) os projetos de lei de iniciativa popular devem ser subscritos, no mínimo, por três décimos por cento do eleitorado do Estado, distribuídos, no mínimo, por dez municípios.

25

O Governador do Estado do Pará deve encaminhar ao Tribunal de Contas as contas correspondentes ao último exercício financeiro, para fins de emissão de parecer prévio.

Ao consultar sua assessoria em relação ao alcance e ao procedimento afeto à análise dessa prestação de contas, foi corretamente esclarecido ao Chefe do Poder Executivo, à luz da sistemática estabelecida na Lei Complementar estadual nº 81/2012, que

- (A) as contas compreendem as atividades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dos Tribunais de Contas do Estado, dos Ministérios Públicos e da Defensoria Pública.
- (B) o parecer prévio se desenvolve em bases puramente inquisitoriais, devendo ser assegurados, no âmbito da Assembleia Legislativa, o contraditório e a ampla defesa.
- (C) essa prestação consiste no Balanço Geral do Estado, no Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e no Relatório de Auditoria Independente.
- (D) o parecer prévio deve ser estruturado em capítulos, sendo cada qual direcionado a uma estrutura orgânica diretamente subordinada ao Poder Executivo, com a menção, ao final, da conclusão pela aprovação, ou não.
- (E) o parecer prévio deve ser exarado no prazo de sessenta dias, prorrogáveis, a juízo da Assembleia Legislativa, por mais trinta dias, veiculando análise conclusiva sobre os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial.

História, Geografia e Conhecimentos do Estado do Pará

26

A respeito do processo histórico de formação do atual Estado do Pará, assinale a afirmativa que descreve corretamente uma de suas etapas.

- (A) No contexto da União das Coroas Ibéricas, iniciou-se a ocupação militar na embocadura do rio Amazonas, com a fundação de Belém, em 1616, como estratégia para assegurar a posse do território, em um período de intensas invasões holandesas, francesas e castelhanas.
- (B) No século XVII, a distribuição das missões na região amazônica era regulamentada pela cúria romana, mediante a Congregação *Propaganda Fide*, para evitar conflitos de jurisdição entre carmelitas, jesuítas e mercedários.
- (C) Durante a regência do padre Diogo Feijó (1835-1838), ocorreu a revolta popular dos Cabanos, motivada por pobreza, fome e doenças que afetavam a população da então Capitania do Grão Pará e Maranhão.
- (D) Na segunda metade do século XIX, a cadeia produtiva gomífera baseou-se em um sistema de adiantamento de créditos e dívida permanente conhecido como aviamento, o qual contribuiu para a expansão da coleta do látex no interior da floresta.
- (E) No decorrer da Segunda Guerra Mundial, os seringueiros do Pará constituíram um batalhão conhecido como “soldados da borracha”, mobilizado para o teatro de operações dos Aliados no Mediterrâneo.

27

Na primeira metade dos anos 1970, o programa de desenvolvimento de infraestrutura para essa região foi baseado no conceito de planejamento de “eixos de desenvolvimento” realizado mediante a construção de numerosas estradas de longa distância, como a Transamazônica, a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá-Porto Velho e a ligação Porto Velho-Manaus. Essas rodovias serviram de porta de acesso para a migração para a Amazônia e foram planejadas para o estabelecimento de áreas de atividades econômicas na forma dos chamados corredores de desenvolvimento.

O trecho descreve o plano de desenvolvimento para a região amazônica conhecido como

- (A) Programa Avança Brasil.
- (B) Programa Grande Carajás (PGC).
- (C) Programa para a Integração Nacional (PIN).
- (D) Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7).
- (E) Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste).

28

A Área de Proteção Ambiental (APA) Arquipélago do Marajó é considerada a maior Unidade de Conservação na costa norte do Brasil.

A respeito da APA Marajó, é correto afirmar que

- (A) protege a biodiversidade dos ecossistemas que compõem os biomas amazônico e o pantanal, marcado pelas savanas alagadas.
- (B) apresenta uma paisagem alterada pelo período chuvoso, quando as várzeas e os campos baixos são inundados por 3 a 4 meses.
- (C) possui uma vegetação predominantemente composta por florestas decíduas temperadas, mais densas nas regiões aluvial e de terras baixas.
- (D) contém uma área de formação pioneira, com vastas áreas de dunas, caatinga e de florestas tropical ainda intocada.
- (E) abriga o povo marajoara, descendente de etnias indígenas pré-colombianas que se mantiveram isoladas do resto do continente.

29

Em 1989 em Altamira (PA), no encontro com as Nações Indígenas do Xingu, no qual debateu-se a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a líder indígena Tuíra Kayapó levantou-se da plateia e encostou a lâmina de seu facão no rosto do então diretor da Eletronorte, em um gesto de advertência e indignação. A cena foi reproduzida em diversos jornais e tornou-se um marco do socio ambientalismo brasileiro.



A respeito da *perspectiva socio ambientalista*, que fortaleceu a correlação entre povos tradicionais e conservação do meio ambiente, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Nessa perspectiva, as populações tradicionais da Amazônia deixam de ser consideradas entraves ao desenvolvimento e passam a ser entendidas como sujeitos políticos capazes de articular práticas conservacionistas e direitos territoriais.
- () Essa perspectiva resulta da associação entre luta política e preocupações ambientais, exemplificada pela coalizão Aliança dos Povos da Floresta, que mobilizou seringueiros e indígenas e culminou no assassinato de uma de suas lideranças, Chico Mendes, em 1988.
- () Essa perspectiva foi criticada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Rio-92), que defendeu um desenvolvimento sustentável, em que os direitos de comunidades tradicionais não se sobrepõem à meta de produção de energia limpa, como a hidrelétrica.

Assinale a opção que indica a sequência correta, na ordem apresentada.

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – V – V.

30

Desde a década de 1980, a fotógrafa paraense Elza Lima tem se dedicado a registrar os modos de vida e a cultura do território amazônico. O acervo dessa artista e documentarista paraense revelam, ao mesmo tempo, o contexto sociocultural da região em que vive e o universo fabuloso que ela desenvolve mediante sua abordagem estética e seu manejo do equipamento fotográfico, como mostram as imagens reproduzidas a seguir.

Adaptado de <https://revistacontinente.com.br/edicoes/209/rparece-que-o-mundo-se-prepara-para-desaparecer>



Rio das Lavadeiras, Altamira, Pará, 1991 (matriz-negativo).



Abaetetuba, Pará, 1993 (matriz-negativo)

Com base nas imagens, analise as afirmativas a seguir a respeito da obra fotográfica de Elza Lima.

- I. A fotografia de Elza Lima documenta o cotidiano das populações ribeirinhas do Pará, registrando as festas populares, as moradias, as brincadeiras infantis e a presença de objetos industrializados no dia a dia das comunidades.
- II. As imagens mostram a relação afetiva das pessoas com o meio ambiente: crianças correndo ou segurando animais silvestres como se fossem de estimação.
- III. A obra de Elza Lima associa documentação e subjetividade, sobretudo quando consegue o efeito de congelamento de instantes fugazes, pelo cuidado com o enquadramento e a composição visual.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Módulo II - Conhecimentos Específicos

Básicos

Noções de Direito

31

Após a obtenção de sua independência em relação ao País Alfa, as lideranças políticas do País Beta iniciaram tratativas com o objetivo de elaborar sua primeira Constituição. Com esse objetivo, definiram que seria convocada uma Assembleia Nacional Constituinte.

Nessa situação, é correto afirmar que o poder constituinte é um poder

- (A) de fato.
- (B) de direito.
- (C) derivado.
- (D) decorrente.
- (E) pós-fundacional.

32

João, Maria e Isabel pretendiam ter participação ativa na próxima eleição a ser realizada, cogitando, inclusive, a possibilidade de concorrerem a cargos eletivos. Ocorre que, na data do pleito, por variadas razões, João estará inelegível, Maria estará inabilitada para o exercício de uma função pública; e Isabel estará com os direitos políticos suspensos.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) apenas João e Maria poderão votar.
- (B) João, Maria e Isabel estarão com o alistamento eleitoral cancelado.
- (C) apenas João e Isabel não poderão concorrer a um cargo eletivo.
- (D) embora possam votar, João, Isabel e Maria não poderão concorrer a um cargo eletivo.
- (E) João, Maria e Isabel poderão votar, ou não, conforme o que previu a decisão que impôs as restrições à sua esfera jurídica.

33

Após ampla mobilização popular, visando à contenção do gasto público e ao zelo pela moralidade administrativa, foram iniciados debates, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado Sigma, para a apresentação de proposta de emenda constitucional que iria dispor que as leis orgânicas dos municípios situados no território de Sigma devem estatuir:

- I. o número máximo de secretarias do Poder Executivo;
- II. a remuneração máxima dos cargos do Poder Executivo;
- III. os balizamentos a serem observados para a prática de atos discricionários.

Considerando as três temáticas referidas, é correto afirmar que a Constituição Estadual

- (A) pode dispor sobre todas.
- (B) não pode dispor sobre nenhuma.
- (C) pode dispor apenas sobre a matéria referida em II.
- (D) pode dispor apenas sobre as matérias referidas em I e III.
- (E) pode dispor apenas sobre as matérias referidas em I e II.

34

O Poder Executivo do Estado Alfa estava envolvido em uma grande crise institucional, com reiteradas situações de descumprimento de comandos normativos veiculados em leis federais. Por tal razão, a oposição ao governo consultou um especialista em relação à possibilidade desses fatos ensejarem a decretação de intervenção federal.

O especialista esclareceu corretamente que

- (A) é cabível a intervenção, a ser decretada pelo Presidente da República após provocação do Congresso Nacional.
- (B) é cabível a intervenção provocada, sendo que há somente um legitimado para o ajuizamento da respectiva representação.
- (C) apesar da gravidade da situação, a hipótese não se enquadra no rol daquelas que autorizam a decretação da intervenção federal.
- (D) é cabível a intervenção espontânea, a ser decretada pelo Presidente da República, com posterior manifestação do Congresso Nacional.
- (E) é cabível a intervenção após o provimento, pelo Tribunal de Justiça ou pelo Tribunal de Contas, da representação que venha a ser apresentada.

35

Com o objetivo de evitar uma iminente greve em certos setores do funcionalismo público federal, o Presidente da República, após se reunir com os Ministros das respectivas áreas, editou a Medida Provisória nº X (MPX), acolhendo parte das reivindicações das lideranças dos servidores públicos, de modo a alterar o regime jurídico da categoria. A MPX foi editada no dia seguinte à aprovação do Projeto de Lei nº Y (PLY) sobre a matéria no âmbito do Congresso Nacional. O PLY, no entanto, ainda não tinha sido encaminhado ao Poder Executivo.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a MPX

- (A) não poderia ter sido editada.
- (B) somente poderia ter sido editada após o recebimento do PLY.
- (C) irá sobrestar o encaminhamento do PLY, devendo ser anexada a ele.
- (D) foi editada com base no juízo de conveniência e oportunidade do Presidente da República, não tendo vício.
- (E) embora não tenha vício, perderá a eficácia, naquilo que for colidente com o PLY, caso este último seja sancionado.

36

Ao analisar a jurisprudência dos Tribunais Superiores, Stephanie observou que determinado princípio implícito na Constituição da República costuma ser invocado como fundamento para limitar a autotutela da Administração, inclusive nas hipóteses em que é admitida, ainda que excepcionalmente, a aplicação da teoria do fato consumado em matéria administrativa.

É correto afirmar que tal princípio é o da

- (A) legalidade.
- (B) publicidade.
- (C) segurança jurídica.
- (D) eficiência.
- (E) probidade.

37

A Lei nº 8.429/92 tipifica os atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito, os que causam lesão ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.

Nesse contexto, à luz do mencionado Diploma Legal, é correto afirmar que são passíveis de responsabilização objetiva

- (A) todos os atos de improbidade tipificados na norma em questão.
- (B) os atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito.
- (C) os atos de improbidade que causam prejuízo ao erário.
- (D) os atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- (E) nenhum dos atos de improbidade tipificados na norma em questão.

38

Considerando os contornos da Administração Pública na Constituição de 1988, é correto afirmar que são entidades administrativas, integrantes da Administração Indireta, que são criadas por lei, diante de sua personalidade jurídica de direito público

- (A) as entidades autárquicas.
- (B) as sociedades de economia mista.
- (C) as empresas públicas.
- (D) os serviços sociais autônomos.
- (E) as organizações da sociedade civil de interesse público.

39

Anaclésio é servidor público estável, ocupante de cargo considerado técnico, integrante de carreira na Administração Direta no Estado do Pará, sendo certo que ele está analisando a viabilidade de acumular aquele que ocupa e exerce com outro cargo, emprego ou função no âmbito da Administração Pública

Diante dessa situação hipotética, considerando as disposições constitucionais acerca do tema, é correto afirmar que Anaclésio

- (A) apenas poderia acumular cargos públicos se fosse profissional da área de saúde.
- (B) poderia acumular o cargo em questão com qualquer outro emprego no âmbito da Administração Indireta.
- (C) poderia acumular o cargo técnico em questão com outro cargo efetivo de professor.
- (D) somente poderia acumular tal cargo com outra função pública, que não se enquadre como cargo ou emprego público.
- (E) poderia acumular o cargo que ocupa com qualquer outro cargo, emprego ou função de natureza burocrática.

40

No âmbito do Poder Regulamentar, diversas são as classificações a respeito dos regulamentos editados pelo Poder Público, entre elas aquela apoiada no fundamento de validade dos atos regulamentares.

Nesse contexto, aqueles que possuem fundamento de validade direto na Constituição e que inovam no ordenamento jurídico, não sendo necessário, para tanto, intermediação legislativa são os

- (A) regulamentos executivos.
- (B) regulamentos de necessidade.
- (C) regulamentos delegados.
- (D) regulamentos autônomos.
- (E) regulamentos autorizados.

Administração Pública, gestão e fiscalização de contratos

41

Modelos de administração pública compreendem um conjunto de teorias, características, normas, padrões, finalidades e práticas próprias, que identificam/definem o tipo de administração de determinada época/período. Os modelos passados demonstram organização, estrutura e “modus operandi” que já existiram – e o modelo atual serve de referência para a administração pública contemporânea, ao mesmo tempo que indica perspectivas e tendências para o futuro.

(PALUDO, Augustinho. Administração Pública. São Paulo: Editora Jvsodium, 2024. p. 119.)

Quanto aos modelos de administração pública avalie as afirmativas a seguir:

- I. Embora haja predominância de determinado modelo no curso histórico da Administração Pública, os três modelos coexistem.
- II. O modelo burocrático não foi plenamente implementado no Brasil.
- III. Exemplo de manutenção do modelo patrimonialista é o corporativismo, que se torna evidente nos momentos de ameaça aos setores dominantes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

42

Na população de determinado município sobressaíram discussões quanto à necessidade de se incrementar a economia local, mais propriamente aquela referente aos microempreendedores. Após análises, verificou-se a dificuldade de obtenção de crédito por parte desse setor que, por sua vez, é o maior responsável pelas contratações diretas de mão de obra no setor privado.

O Poder Executivo local elencou então alternativas possíveis, entre elas a concessão de microcrédito mediante agência pública de fomento a ser criada. Outra alternativa possível seria a concessão de benefícios exclusivos nas contratações públicas, mas parte do parlamento local discorda das propostas apresentadas. Assim, o tema foi conduzido à audiência pública na Câmara de Vereadores.

A situação apresentada se refere à seguinte etapa do ciclo das políticas públicas:

- (A) Pré-definição do problema público.
- (B) Formação da agenda pública.
- (C) Elaboração da política pública.
- (D) Formulação da política pública.
- (E) Implementação da política pública.

43

Quanto às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Instituição hospitalar privada que tenha como objetivo social a prestação de serviços clínico mediante cobrança valores acessíveis, constituída há quatro (4) anos, não pode ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (B) Organização que tenha por objeto social a experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, constituída há dois (2) anos, não pode ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (C) Organização privada de defesa do meio ambiente que preveja em seu estatuto que, em caso de dissolução, o seu patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada, não pode ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (D) Entidade privada de benefício mútuo, destinada a proporcionar bens aos seus associados, que preveja, em seu estatuto, a observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, não pode ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (E) Organização não lucrativa de conservação do patrimônio histórico e artístico que em sua requisição deixa de apresentar demonstração do resultado do exercício terá sua qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público indeferida.

44

Avalie se as afirmativas a seguir, relacionadas à constituição das entidades paraestatais, estão corretas.

- I. É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho ou diretoria de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- II. O órgão colegiado de deliberação superior de Organização Social deve possuir, em sua composição, representantes do Poder Público e de membros da comunidade.
- III. É possível a celebração de parceria com Organização da Sociedade Civil que tenha como dirigente membro do Ministério Público.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

45

Uma Secretaria Municipal de Saúde levantou, durante a elaboração de seu planejamento estratégico, os seguintes fatores:

- I. Profissionais competentes e engajados.
- II. Dimensionamento inadequado das equipes.
- III. Equipe aderente à melhoria do processo.
- IV. Equipamentos modernos.
- V. Novas exigências pelo Ministério da Saúde como requisito para transferência de recursos de procedimentos não previstos.
- VI. Falta de estrutura física para expansão.
- VII. Dificuldade na integração entre sistemas de informação.
- VIII. Inovações tecnologias em saúde.
- IX. Contingenciamento orçamentário.
- X. Transferências da União por emenda parlamentar.

Considerando a análise SWOT, assinale a afirmativa correta:

- (A) Os fatores III, VIII e X são oportunidades.
- (B) Os fatores II, V e IX são ameaças.
- (C) Os fatores I, IV e VIII são forças.
- (D) Os fatores II, VI e IX são fraquezas.
- (E) Os fatores V, VI e X são ameaças.

46

Permite que os cidadãos estejam no centro das decisões e ações da administração pública, ajudando a combater a corrupção e os desvios de conduta, abrindo espaço para soluções e práticas inovadoras na gestão pública, e aumentando a capacidade de respostas tempestiva aos eventuais problemas.

(BRASIL, GPGP, 2018)

Com base no trecho do Guia da Política de Governança Pública, elaborado pelo Governo Federal, assinale o princípio de governança que corresponde ao preceito contido no excerto acima.

- (A) *Accountability*.
- (B) Integridade.
- (C) Confiabilidade.
- (D) Participação Social.
- (E) Transparência.

47

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que as contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às linhas de defesa nela delimitadas.

Acerca do aludido tema, à luz do mencionado Diploma Legal, é correto afirmar que os Tribunal de Contas

- (A) integram todas as linhas de defesa, em razão da relevância do controle por eles exercido.
- (B) integram a primeira linha de defesa, juntamente com as autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade.
- (C) integram a segunda linha de defesa, juntamente com as unidades de assessoramento jurídico.
- (D) integram a terceira linha de defesa, juntamente o órgão central de controle interno da Administração.
- (E) não integram tais linhas de defesa, que são compostas apenas pelos órgãos de controle interno.

48

A autoridade competente, após o devido processo administrativo, estava em vias de aplicar à sociedade *Gafanhoto* a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, razão pela qual questionou as peculiaridades de tal penalidade, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, sendo correto responder a tal indagação que

- (A) trata-se de penalidade que não é passível de reabilitação.
- (B) o prazo máximo da penalidade é de 6 (seis) anos.
- (C) a irrisignação pertinente para impugnar a imposição de tal penalidade na via administrativa é o recurso hierárquico.
- (D) sua aplicação impede o responsável de licitar ou contratar apenas no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção.
- (E) não é cabível a sua aplicação nas hipóteses em que o contratado comete a infração de não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

49

Com relação aos pagamentos a serem realizados pela execução dos contratos administrativos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) no dever de pagamento pela Administração Pública a ordem cronológica do adimplemento dos contratos não pode ser alterada em nenhuma hipótese.
- (B) disposição expressa no edital ou no contrato poderá prever pagamento em conta vinculada ou pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador.
- (C) é admitido o pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.
- (D) no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa não poderá ser liberada no prazo previsto para pagamento.
- (E) na contratação de obras, fornecimento e serviços é vedada a determinação de remuneração variável vinculada ao desempenho do contrato, com base em metas, padrões de qualidade ou qualquer outro critério.

50

No exercício de suas atribuições como auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará, para fins de elaboração de certos contratos administrativos, Ednardo foi instado a se manifestar acerca da existência de discricionariedade quanto à previsão de matriz de alocação de riscos entre contratante e contratado nos respectivos editais.

Nesse contexto, diante do disposto na Lei nº 14.133/2021, Ednardo respondeu corretamente que

- (A) a previsão de matriz de risco submete-se à discricionariedade da Administração em qualquer contrato, independente do objeto ou do regime de execução.
- (B) há discricionariedade quanto à previsão de matriz de risco nos contratos de fornecimento, nas locações e nos contratos de obra, ainda que sejam realizados pelo regime da contratação semi-integrada.
- (C) nos contratos de grande vulto, além de outras hipóteses especificadas na lei de regência, notadamente quanto ao regime de execução, não há discricionariedade com relação à previsão de matriz de risco.
- (D) nas hipóteses de contratação pelos regimes de empreitada integral e empreitada por preço global não há discricionariedade da Administração acerca da previsão de matriz de risco.
- (E) dentre os regimes de execução indireta previstos na norma de regência, não há discricionariedade da Administração quanto à previsão de matriz de risco apenas em relação ao da contratação integrada.

Controle Externo

51

Nos termos da ISSAI 20, *Accountability e transparência são dois elementos importantes de boa governança. A transparência é uma força poderosa que, quando aplicada de forma consistente, pode ajudar a combater a corrupção, melhorar a governança e promover a accountability.*

Considerando as disposições da referida norma, analise as afirmativas a seguir sobre os conceitos de *accountability*, transparência e sobre os princípios nela veiculados:

- I. É difícil separar *accountability* de transparência: ambas englobam muitas das mesmas ações, como por exemplo, a comunicação pública.
- II. A noção de transparência refere-se à informação pública tempestiva, confiável, clara e relevante da EFS sobre sua situação, seu mandato, sua estratégia, suas atividades, sua gestão financeira, suas operações e seus resultados.
- III. As EFS garantem que esses princípios de *accountability* e transparência não são comprometidos quando terceirizam suas atividades, inclusive as funções fiscalizadora e sancionadora.
- IV. O conceito de *accountability* refere-se à estrutura jurídica e de comunicação, à estrutura organizacional e estratégia, aos procedimentos e às ações para garantir que o dirigente da EFS, os membros (de instituições colegiais) e o servidores da EFS possam ser responsabilizados pelos seus atos, dentre outras iniciativas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e IV, somente.
- (E) I e II, somente.

52

A Constituição também tratou em seu texto da figura do Auditor (Substituto de ministro ou Conselheiro) ... o Auditor tem a função precípua de substituir os membros titulares em suas faltas, impedimentos, férias, licenças ou vacância do cargo.

(Paschoal, Valdecir. Direito Financeiro e Controle Externo. Impetus: 2004, p. 187)

A Lei Orgânica e o Regimento Interno do TCE-PA disciplinam as atribuições dos Auditores (substitutos de Conselheiros) de que trata o texto de Paschoal.

Considerando as disposições dessas normas, uma atribuição dos Auditores é

- (A) relatar e propor decisão por escrito dos processos que lhe sejam distribuídos, a ser votada e discutida exclusivamente pelos Conselheiros Titulares.
- (B) exercer as funções inerentes ao cargo de Conselheiro, no caso de vacância, até novo provimento, não podendo, no entanto, votar nem ser votado nas eleições para Presidente, Vice-Presidente, Corregedor e Ouvidor.
- (C) substituir o Conselheiro-Presidente em suas ausências e impedimentos por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal.
- (D) relatar e votar os processos que lhe sejam distribuídos, inclusive os referentes às contas de governo do Estado e dos municípios jurisdicionados ao TCE-PA.
- (E) presidir e orientar a instrução processual da matéria da qual seja Relator; determinando todas as providências e diligências necessárias àquele fim.

53

Nos termos da Declaração de Lima, as Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) só podem desempenhar suas tarefas objetiva e efetivamente quando são independentes da auditada. Ademais, a norma preceitua que *em suas carreiras profissionais, os auditores de Entidades Fiscalizadoras Superiores não devem ser influenciados pelas organizações auditadas e não devem ser dependentes dessas organizações.*

Ao discorrer sobre a independência das EFS, Ismar Viana destaca que

... a independência técnico-funcional do agente de controle não se limita ao plano formal, mediante a definição, em lei, das atribuições do cargo, e da arrematação de servidores públicos pela via do concurso específico... (2019, p.15).

Para o autor, a independência das EFS se relaciona à ausência de interferências no exercício da função de controle, o que se concretiza, *no plano material*, pela

- (A) garantia legal de estabilidade no serviço público.
- (B) previsão constitucional de seleção de membros e auditores com base no nível de complexidade do cargo.
- (C) garantia de meios para elaboração de pareceres técnicos que reflitam com fidedignidade os achados de auditoria.
- (D) exigência de notórios conhecimentos jurídicos e contábeis, dentre outros, para seleção dos membros dos Tribunais de Contas.
- (E) definição, em Lei, das atribuições dos membros e auditores dos Tribunais de Contas.

54

Após atendimento dos requisitos constitucionais, foi criado Estado-Membro da federação brasileira a partir da cisão de outro Estado.

Nos 10 (dez) primeiros anos da criação desse novo Estado, deve-se observar a seguinte regra atinente à composição do respectivo Tribunal de Contas:

- (A) Será composto por 7 (sete) Conselheiros, sendo três deles nomeados pelo Governador Eleito.
- (B) Será composto por 7 (sete) Conselheiros de reputação ilibada e mais de 10 anos de experiência profissional.
- (C) Será composto por 5 (cinco) Conselheiros eleitos pelo Poder Legislativo.
- (D) Será composto por 3 (três) Conselheiros escolhidos pelo Poder Legislativo, desde que comprovem idoneidade moral e experiência profissional.
- (E) Será composto por 3 (Três) Conselheiros, nomeados pelo Governador eleito, dentre brasileiros de comprovada idoneidade e notório saber.

55

O Sr. José, Secretário de Saúde de um órgão estadual jurisdicionado ao TCE-PA, praticou ato potencialmente danoso ao erário. Ao tomar conhecimento do fato, o órgão competente daquele instaurou e realizou o respectivo processo de tomada de contas especial em que apurou débito e imputou responsabilidade ao Sr. José e a outros dois servidores, encaminhando os resultados da apuração ao TCE-PA.

No entanto, o Tribunal de Contas verificou que, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, era necessária a manifestação dos responsáveis, tendo em vista o seu direito ao contraditório.

Nessa situação, e considerando as disposições do Regimento Interno do TCE-PA, o julgamento do Tribunal resultou em

- (A) decisão definitiva, com notificação dos responsáveis.
- (B) decisão preliminar, com ciência dos responsáveis.
- (C) citação dos responsáveis, para apresentação de defesa.
- (D) decisão terminativa, com quitação aos responsáveis.
- (E) notificação dos responsáveis, para apresentação de suas razões.

56

O recente fenômeno relacionado aos órgãos constitucionais autônomos faz com que, embora inseridos na organização dos poderes, esses órgãos não se enfeixem nos três blocos orgânicos clássicos, e, sim, ao lado deles. O Tribunal de Contas é definido como “órgão especial” de destaque constitucional, possuindo caráter “sui generis”.

(GUERRA, Evandro Martins. Controle Externo da Administração Pública. Ed. Forum, 2019, p. 168)

O autor discorre sobre a natureza jurídica dos Tribunais de Contas e destaca que, dessa natureza, decorrem algumas características peculiares.

Avalie se essas características dos Tribunais de Contas incluem:

- I. são órgãos híbridos, com função de controle externo formada por distintas competências de caráter técnico.
- II. possuem hierarquia própria e independente, apartada dos poderes.
- III. seus membros são equiparados aos do Poder Judiciário, possuindo as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos.
- IV. possuem iniciativa legislativa própria e competência normativa reguladora específica.

Estão corretas:

- (A) II, III e IV, somente.
- (B) II e IV, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e III, somente.

57

Em processo de representação apresentado por Membro do Ministério Público de Contas junto ao TCE-PA, o Relator deferiu pedido de medida cautelar em que determinou ao gestor do órgão jurisdicionado que não realizasse os pagamentos decorrentes do contrato impugnado na referida representação até que houvesse decisão definitiva pelo Tribunal.

Em face da decisão do Relator cabe recurso de

- (A) agravo regimental, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias.
- (B) reconsideração, sem efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias.
- (C) reexame, no prazo de 5 (cinco) anos.
- (D) embargo de declaração, com efeito suspensivo.
- (E) incidente de constitucionalidade.

58

Em uma Unidade de Auditoria da Secretaria de Controle Externo do TCE-PA identificou a necessidade avaliar um possível objeto de fiscalização para verificar a viabilidade de realização de atividade fiscalizatória.

Considerando as disposições do Regimento Interno do TCE-PA, o instrumento de fiscalização a ser usado para esse objetivo é

- (A) a inspeção.
- (B) o monitoramento.
- (C) a auditoria operacional.
- (D) o levantamento.
- (E) o acompanhamento.

59

Durante o julgamento de um processo de tomada de contas em Sessão Ordinária do Plenário do TCE-PA, um dos Conselheiros requereu vistas dos autos para apreciar de forma mais aprofundada o seu conteúdo e formar sua convicção, tendo o seu pedido deferido na forma do Regimento Interno do Tribunal.

Nessa hipótese, avalie se o Conselheiro que estiver em posse dos autos para vista poderá:

- I. determinar a realização de diligências externas.
- II. requerer a juntada de documentos, independentemente de aprovação do Tribunal Pleno.
- III. observar o prazo de adiamento do julgamento por, no máximo, duas sessões ordinárias, salvo prorrogação desse prazo por decisão do Tribunal Pleno.
- IV. na sessão em que o processo retornar à pauta, reabrir a discussão do voto-*vista*, não sendo possível a concessão de novos pedidos de vista aos demais Conselheiros.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, apenas.

60

Nos termos do Regimento Interno do TCE-PA, as deliberações do Tribunal Pleno serão na forma de Resolução quando se tratar de

- (A) atos de admissão de pessoal, aposentadorias, reformas e pensões.
- (B) propostas de medida cautelar.
- (C) decisões preliminares do Tribunal.
- (D) aprovação de Regulamentos dos Serviços Auxiliares.
- (E) denúncias ou representações de qualquer natureza.

Módulo III - Conhecimentos Específicos Avançados

61

A NBASP 140 tem como objetivo ajudar os Tribunais de Contas (TCs) a instituir, estabelecer e manter um sistema de controle da qualidade de suas auditorias apropriado às suas competências, de forma a responder aos seus riscos de qualidade.

O sistema de controle da qualidade inclui o controle e a asseguuração da qualidade do processo de auditoria dos TCs, e é composto por seis elementos, orientados por princípios.

O princípio que preceitua o estabelecimento de políticas e procedimentos destinados a fornecer segurança razoável de que têm pessoal suficiente, competente, capaz e comprometido com os princípios éticos para executar trabalhos de acordo com as normas profissionais, a legislação e as exigências regulamentares correspondentes, é integrante do seguinte elemento:

- (A) Recursos Humanos.
- (B) Governança.
- (C) Tecnologia organizacional.
- (D) Estrutura organizacional.
- (E) Monitoramento.

62

José, Auditor de Controle Externo do TCE-PA, integrava a equipe de auditorias que realizava um trabalho de conformidade em um órgão da administração pública estadual paraense. Ao analisar a evidência de um achado de auditoria, José, por motivos ideológicos, não manteve o distanciamento profissional necessário e não demonstrou uma atitude questionadora ao avaliar se a evidência obtida era suficiente e apropriada.

Considerando as disposições das NBASP-100, assinale o princípio fundamental de auditoria no setor público que não foi observado por José.

- (A) Julgamento profissional.
- (B) Ceticismo profissional.
- (C) Qualidade do trabalho de auditoria.
- (D) Devido zelo.
- (E) Comunicação eficaz.

63

Ao realizar um trabalho de auditoria financeira em um órgão sujeito à jurisdição do TCE-PA, a respectiva equipe de auditoria, com base em evidências suficientes e apropriadas, concluiu que as distorções, em conjunto, são generalizadas.

Nessa hipótese, os auditores podem emitir opinião de auditoria modificada que se classifica como

- (A) adversa.
- (B) com ressalvas.
- (C) apropriada.
- (D) abstenção de opinião.
- (E) completa.

64

A NBASP 300 estabelece diversas diretrizes a serem observadas no monitoramento dos achados e das recomendações decorrentes dos trabalhos de auditorias operacionais.

Em relação ao tema, avalie se as diretrizes a seguir, relativas às definidas naquela norma, estão corretas.

- I. O monitoramento deve ser relatado adequadamente para dar um retorno ao poder legislativo, se possível, juntamente com as conclusões e os impactos de todas as ações corretivas relevantes.
- II. O monitoramento é uma atividade independente que aumenta o valor do processo de auditoria ao fortalecer o impacto da auditoria e lançar as bases para o aprimoramento de futuros trabalhos de auditoria.
- III. O monitoramento encoraja somente o Tribunal de Contas, e não os auditados, a levar a auditoria a sério e fornece aos auditores lições úteis e indicadores de desempenho.
- IV. O monitoramento se restringe à implantação das recomendações, não podendo incluir a avaliação de outras ações implementadas pelo auditado.

Estão corretas as diretrizes

- (A) I, II, III e IV.
- (B) III e IV, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I e II, somente.

65

Assinale a alternativa que apresenta uma orientação da NBASP 200 – Princípios de Auditoria Financeira, aplicável a um trabalho dessa natureza realizado pelo TCE-PA em um órgão da administração pública estadual.

- (A) Terá por objeto os dados contábeis e financeiros relacionados a uma entidade, bem como os programas, sistemas e processos governamentais.
- (B) O “usuário” das demonstrações contábeis no setor público é primariamente Tribunal de Contas e o Governador do Estado.
- (C) A auditoria financeira será um trabalho de assecuração razoável, que é um alto nível de assecuração.
- (D) Caso a equipe realize um trabalho de assecuração limitada, esse trabalho também será abrangido pelas NBASP atuais que tratam da auditoria financeira.
- (E) O auditor é responsável pela elaboração da informação do objeto e pela implementação das transações contábeis subjacentes.

66

Tereza, experiente negociadora de veículos usados, anuncia um veículo por preço bem abaixo do mercado, despertando o interesse de Cristina. Cristina então procurou Tereza a fim de adquirir o veículo.

Curiosa para entender a razão pela qual Tereza estava vendendo o bem por um valor bem abaixo de mercado, interrogou Tereza, que então explicou que o veículo foi adquirido por herança de seu avô e que seus primos estariam reclamando judicialmente a propriedade do bem, informando, inclusive, o número do processo. Considerando o valor do bem, Cristina resolveu fechar o negócio, que foi firmado por escrito, contando cláusula específica de exclusão de responsabilidade de Tereza caso os primos lograssem êxito na referida ação judicial e carro fosse por eles retomado. Foi acertado ainda o pagamento à vista.

Seis meses após a celebração da compra e venda, Cristina teve o carro apreendido por autoridade policial, que informou que o veículo era roubado e vinha sendo procurado há cerca de dois anos. Em seguida, Cristina procurou Tereza, requerendo a restituição dos valores pagos. Tereza, no entanto, se recusou, sob o argumento que o contrato celebrado entre as partes excluía integralmente a sua responsabilidade por eventual perda do bem.

Diante da situação hipotética narrada e em conformidade com a legislação vigente, avalie as assertivas a seguir.

- I. Tereza poderá ser responsabilizada pela evicção, a qual abarca a restituição integral do preço pago por Cristina, bem como a indenização pelas despesas dos contratos e as custas judiciais e honorários advocatícios.
- II. Tereza está correta em sua argumentação, pois constou do contrato, cláusula específica de exclusão de responsabilidade pela eventual perda do bem, o que abarca a apreensão por autoridade judicial.
- III. Eventual responsabilidade de Tereza, dependerá de sentença transitada em julgado determinando a perda do bem, sendo insuficiente para tal, a apreensão por autoridade policial.
- IV. Tereza não poderá ser responsabilizada pela perda do bem, pois informou a Cristina que se tratava de coisa litigiosa e, para compensar o risco, o preço pactuado foi abaixo do valor de mercado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

67

A sociedade empresária “Conhecendo o Brasil”, especializada em turismo doméstico, regularmente constituída e com sede em Bonito (PA), conforme seu ato constitutivo, resolveu expandir os negócios e, para tal, constituiu três filiais. Assim, a diretoria permaneceu situada em Bonito (PA) e foram criadas filiais em Salvador (BA), Guarapari (ES) e Florianópolis (SC). Todas as unidades estão em funcionamento e são geridas como unidades de negócios.

Recentemente, o gerente da filial de Guarapari foi questionado por um dos parceiros comerciais locais acerca da indicação do domicílio da “Conhecendo Brasil” no contrato com ele firmado. Segundo o parceiro comercial, a indicação de Bonito como domicílio está errada, pois o contrato foi celebrado em Guarapari.

Sobre a situação narrada e em conformidade com a legislação vigente, é correto afirmar que

- (A) não assiste razão ao parceiro comercial da filial de Guarapari, pois, de fato, o domicílio da “Conhecendo o Brasil” é, exclusivamente, Bonito (PA).
- (B) não assiste razão ao parceiro comercial da filial de Guarapari, pois a sede e as filiais da “Conhecendo o Brasil” são consideradas como domicílio da pessoa jurídica para os atos nele praticados.
- (C) assiste razão ao parceiro comercial da filial de Guarapari, pois o domicílio para o exercício dos direitos e obrigações da “Conhecendo o Brasil” deverá ser o local onde os contratos foram firmados, não sendo possível especificar domicílio diverso nos contratos escritos.
- (D) não assiste razão ao parceiro comercial da filial de Guarapari, pois o domicílio da “Conhecendo o Brasil” é o local em que a sociedade empresária ficar sediada em ânimo definitivo.
- (E) assiste razão ao parceiro comercial da filial de Guarapari, pois à pessoa jurídica que possui filiais, aplica-se o princípio da pluralidade domiciliar e, conjuntamente, a regra do domicílio necessário que será aquele onde os atos tiverem sido praticados.

68

Pedro, 16 anos, desde o falecimento de seu pai em acidente de carro, ocorrido há dois anos, passou a adotar comportamento arreado, além de, recorrentemente, requerer que sua mãe, Olívia, o emancipe para que ele possa abandonar os estudos. Como Pedro recebeu vultosa herança de seu pai, acredita que não precisa estudar. Ante a recusa de Olívia em emancipá-lo, Pedro se tornou agressivo com a mãe e com todos com quem se relaciona, envolvendo-se constantemente em brigas.

No último domingo, após o término de uma partida de futebol, aborrecido com o fato de o seu time ter perdido, Pedro agrediu João, que transitava pela rua, vestindo a camisa do time rival. Em razão das agressões, João teve um braço fraturado e precisou interromper sua atividade profissional de motorista por 40 dias.

Ante a situação hipotética narrada e a legislação vigente, é correto afirmar que

- (A) Pedro tem responsabilidade civil direta e subjetiva pelos danos provocados, independentemente da situação financeira de Olívia.
- (B) Pedro e Olívia são solidariamente responsáveis pelos danos sofridos por João, de sorte que a vítima pode demandar qualquer um deles.
- (C) Olívia responde objetivamente pelos danos causados por Pedro, mas tem direito de regresso contra Pedro a partir do atingimento da maioridade civil.
- (D) Olívia responde direta e subjetivamente pelos danos causados por Pedro, não tendo direito de regresso contra o filho.
- (E) Caso Olívia não disponha de meios suficientes para indenizar João, Pedro, titular de patrimônio considerável, responderá pelos danos.

69

Os princípios do processo podem ser considerados como os pilares para a construção de um processo justo e pautado por valores constitucionais, com promoção e proteção dos direitos fundamentais de todos os envolvidos no processo.

A respeito do assunto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio do contraditório prévio impede a prolação de decisão contrária à parte sem que essa seja ouvida, ainda que se trate de decisão sobre tutela provisória de urgência.
- (B) A ampla defesa é o princípio processual que preconiza a necessidade de que o juízo competente seja definido por regras abstratas e prévias, confundindo-se com o juiz natural.
- (C) Como corolário da duração razoável do processo, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.
- (D) A observância da proporcionalidade e da razoabilidade no processo civil é decorrência da aplicação do princípio do devido processo legal em sua feição substancial.
- (E) A exigência de comportamento processual conforme a boa-fé se aplica somente às partes, sendo prescindível seu cumprimento por parte do órgão julgador e do membro do Ministério Público que nele oficiar.

70

O controle judicial dos atos administrativos constitui importante mecanismo de verificação e correção da atuação da Administração Pública.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O controle judicial do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, não sendo possível a incursão no mérito administrativo, ressalvada flagrante ilegalidade.
- (B) É lícito ao Poder Judiciário se imiscuir nos critérios adotados pela banca examinadora para correção de provas e de atribuição de notas em concurso público.
- (C) A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço executado, viola o princípio da separação dos poderes.
- (D) O ato de eliminação de candidato em concurso público pode ser revisto pelo Poder Judiciário, ressalvados os concursos públicos para carreiras militares, dada a prevalência da decisão da autoridade militar sobre a judicial em tal hipótese.
- (E) A motivação do ato administrativo pode ser concomitante ou posterior ao ato administrativo, não cabendo a anulação do ato ainda que seja motivado depois de sua prática.

71

Foi instituído um grupo de trabalho no âmbito do Poder Executivo do Estado Alfa, com o objetivo de elaborar anteprojeto de proposição legislativa destinada a promover alterações no regime próprio de previdência social, especificamente direcionadas aos servidores públicos com deficiência que fossem ocupantes de cargos de provimento efetivo.

As medidas propostas no anteprojeto são as seguintes:

- I. a avaliação da deficiência seria realizada não só nos planos físico e mental, mas em uma perspectiva biopsicossocial;
- II. o cômputo, como tempo de contribuição, dos períodos de férias e licença especial não fruídos pelos servidores até o requerimento de aposentadoria; e
- III. esses servidores, conforme o grau da deficiência, podem se aposentar com idade inferior aos servidores que não possuem deficiência.

A assessoria do Chefe do Poder Executivo, ao analisar a conformidade, com a Constituição da República, das três alterações propostas, concluiu corretamente que

- (A) todas apresentam conformidade constitucional.
- (B) apenas a alteração I apresenta conformidade constitucional.
- (C) apenas a alteração II apresenta conformidade constitucional.
- (D) apenas as alterações I e III apresentam conformidade constitucional.
- (E) apenas as alterações II e III apresentam conformidade constitucional.

72

Em determinado exercício financeiro, foi detectado, ao fim do primeiro quadrimestre, que a despesa total com pessoal do Poder Executivo do Estado Alfa excedeu a 95% do limite estabelecido para a referida estrutura de poder. Por tal razão, o corpo técnico de uma Secretaria de Estado passou a sustentar que era vedada a progressão funcional dos servidores públicos que preenchessem os requisitos previstos em lei, enquanto perdurasse a não observância do limite vigente, o mesmo ocorrendo em relação à concessão de aumento remuneratório, ressalvada apenas a revisão geral anual. Ainda foi observado que o percentual excedente ao limite deveria ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.

Ao tomar conhecimento das observações, o Secretário concluiu corretamente que, à luz da Lei Complementar nº 101/2000,

- (A) todas estão certas.
- (B) somente está errada a observação afeta à vedação à progressão funcional.
- (C) somente está errada a observação afeta à possibilidade de que seja realizada a revisão geral anual.
- (D) somente está errada a observação afeta ao prazo de eliminação do percentual excedente ao limite.
- (E) somente está errada a observação afeta ao montante do percentual excedente ao limite, a ser eliminado no primeiro quadrimestre.

73

Após avaliação atuarial, foi detectado que o regime próprio de previdência social do Estado Alfa apresentava déficit atuarial. Entre as medidas sugeridas para a superação desse quadro estava a realização de aportes pelo Poder Público.

Após amplos debates entre críticos e apoiadores dessa medida, concluiu-se corretamente, à luz da Portaria MTP nº 1.467/2022, que o referido aporte

- (A) é expressamente vedado, considerando que o equilíbrio atuarial deve ser obtido a partir do reequilíbrio entre contribuições e benefícios.
- (B) não pode ser utilizado para fins de aplicação no mercado financeiro e de capitais, devendo ser segmentado em conta própria e movimentado nos períodos preestabelecidos.
- (C) deve ser realizado em valores mensais preestabelecidos, e os respectivos recursos devem ser objeto de gestão e controle de forma segregada dos demais recursos previdenciários.
- (D) caso realizado, deve ter origem exclusiva no Tesouro Estadual, não abrangendo todos os poderes, órgãos e entidades que possuem segurados e beneficiários do regime.
- (E) pode ser realizado, ou não, conforme a liberdade valorativa do Chefe do Poder Executivo, enquanto agente responsável pela supervisão do sistema, não dependendo de previsão legal.

74

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) traz uma Seção específica para a classificação da informação quanto ao grau e prazos de sigilo.

Em relação ao tema, avalie as afirmativas a seguir:

- I. Observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, a informação em poder dos órgãos e entidades públicas poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.
- II. Os prazos máximos de restrição de acesso à informação vigoram a partir da data de sua classificação e são: ultrassecreta: 25 anos, secreta: 15 anos e reservada: 5 anos.
- III. São passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

75

Sobre o Modelo de Referência *Cross- Industry Standard Process for Data Mining* (CRISP-DM), avalie as afirmativas a seguir:

- I. Após a fase de “Preparação dos dados” ocorre a fase de “Compreensão dos dados”.
- II. Durante a fase de “Mineração de Dados” ocorre a aplicação de algoritmos de mineração de dados buscando a extração de padrões.
- III. Durante a fase de “Preparação dos Dados”, pode ocorrer a construção de novos atributos a partir de outros já existentes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

76

Um atuário verificou, em seus cálculos, que $D_x = 8.339,04$, $D_{x+1} = 7.915,50$, $l_x = 95.627,12$ e $l_{x+1} = 95.308,68$.

Nesse caso, pode-se inferir que a taxa de juros utilizada é igual a

- (A) 2%.
- (B) 3%.
- (C) 4%.
- (D) 5%.
- (E) 6%.

77

Segundo a notação utilizada pelo atuário em nota técnica atuarial, a anuidade atuarial $a(65,0,15)$ representa um pagamento unitário antecipado temporário por 15 anos para um indivíduo de 65 anos. Já a anuidade atuarial $a(65,1,15)$ representa um pagamento unitário postecipado temporário por 15 anos para um indivíduo de 65 anos.

Dessa forma, $a(65,0,w-65)$ equivale, segundo a notação atuarial internacional, a:

- (A) \ddot{a}_{65} .
- (B) a_{66} .
- (C) A_{65} .
- (D) A_{66} .
- (E) e_w .

78

A função de sobrevivência $s(x)$ se inicia no tempo de idade x igual a zero com 100% da população viva e relaciona a probabilidade de ocorrência de eventos após um instante. Ela possui necessariamente as seguintes características, à exceção de uma.

Assinale-a.

- (A) $\lim_{n \rightarrow 0^+} s(x) = 1$.
- (B) $\lim_{n \rightarrow w^-} s(x) = 0$.
- (C) $\max_{0 \leq x \leq w} s(x) \leq 1$.
- (D) $s'(x) < 0$.
- (E) $s''(x) < 0$.

79

A anuidade atuarial $a_{x:y}$ representa uma unidade monetária paga a

- (A) uma pessoa com x anos de idade, em vida, até $x+y$ anos.
- (B) uma pessoa com y anos de idade, em vida, até $x+y$ anos.
- (C) uma pessoa com x ou y anos de idade, em vida, até $x+y$ anos.
- (D) duas pessoas com x e y anos de idade, desde que ambas estejam vivas.
- (E) duas pessoas com x e y anos de idade, desde que ao menos uma esteja viva.

80

Observe as comutações tabuladas a seguir:

X	l_x	d_x
0	100.000	?
1	98.740	92
?	?	?
3	98.548	49

Nesse caso, podemos afirmar que o número de vivos aos quatro anos de idade é igual a:

- (A) 100.
- (B) 1.260.
- (C) 98.499.
- (D) 98.548.
- (E) 98.648.

81

Conforme a notação atuarial de Hans-Ulrich Gerber, um segurado contrata um seguro dotal puro aos x anos de idade para que receba um pagamento único de R\$ 100.000,00 quando completar $x+k$ anos de idade.

Nesse caso, o valor do prêmio pago à vista não pode ser calculado como

- (A) $100.000 * A_{x:k}$
- (B) $100.000 * {}_kE_x$
- (C) $100.000 * (1+i)^{-k} * (I_{x+k} / I_x)$
- (D) $100.000 * (1+i)^{-k} * {}_kP_x$
- (E) $100.000 * D_{x+k} / D_x$

82

Considere uma anuidade vitalícia imediata que paga 1 unidade monetária no início de cada ano enquanto o beneficiário estiver vivo. Suponha que a taxa de juros efetiva anual seja de 5% e que essa anuidade tenha valor aproximadamente igual a 16,33 para a idade de 75 anos em uma determinada tábua biométrica estática. Suponha que uma nova versão geracional dessa tábua seja proposta, porém com taxas de desagravamento desconhecidas.

Com a utilização dessa nova tábua geracional, o valor máximo que a anuidade pode assumir é

- (A) 16,33.
- (B) 17,15.
- (C) 18,00.
- (D) 20,00.
- (E) 21,00.

83

Em uma avaliação atuarial, o valor presente atuarial foi calculado, em milhões de R\$, chegando-se a:

- Aposentadorias a conceder: 500;
- Aposentadorias concedidas: 400;
- Pensões a conceder: 300;
- Pensões concedidas: 200;
- Contribuições de ativos, aposentados e pensionistas: 100.

Se todos os benefícios são financiados pelo regime financeiro de capitalização pelo método Agregado, o valor do ativo garantidor, em milhões de R\$, que leva ao equilíbrio atuarial é

- (A) 700.
- (B) 800.
- (C) 1.100.
- (D) 1.300.
- (E) 1.400.

84

Sobre a probabilidade ${}_kP_x$, para $x > 0$, é correto afirmar que

- (A) é igual a zero, para $x = 120$ e $k = 1$.
- (B) é igual a $[s(x+k) - s(x)] / s(x)$.
- (C) é uma função decrescente, para $k = 1, \forall x > 0$.
- (D) é uma probabilidade condicional.
- (E) tende a 1 quando k tende a infinito.

85

Considerando uma pessoa de idade x e outra de idade y , a probabilidade de pelo menos uma delas morrer após “ n ” anos e dentro dos “ m ” anos seguintes, representada pela notação atuarial ${}_{n/m}Q_{xy}$ é

- (A) $Q_{xy} * {}_nP_{xy}$
- (B) $Q_{xy} * {}_mP_{xy}$
- (C) ${}_{n/m}Q_x * {}_nP_{xy} + {}_{n/m}Q_y * {}_nP_{xy}$
- (D) ${}_mQ_{x+n} * {}_nP_x + {}_mQ_{y+n} * {}_nP_y$
- (E) $1 - {}_{n+m}P_{xy}$

86

Com relação às tábuas biométricas e às funções de comutação atuarial, é correto afirmar que

- (A) a função l_x é derivada da tábua biométrica e representa o número esperado de sobreviventes de uma população, preservando uma relação de monotonicidade não-decrescente.
- (B) as comutações derivam das tábuas biométricas e fornecem uma estimativa do valor esperado para a inflação futura, embutida na taxa de juros utilizada.
- (C) as comutações podem embutir taxas de juros reais variáveis por uma estrutura a termo da taxa de juros.
- (D) as comutações são usadas para simplificar os cálculos atuariais, permitindo a derivação de valores presentes de benefícios futuros e prêmios, baseando-se em tábuas de mortalidade e taxas de juros.
- (E) com as tábuas biométricas e taxa de juros eleitas, mas sem a utilização das funções de comutação, não é possível o Atuário realizar os cálculos atuariais.

87

Quanto aos métodos de cálculo individual de provisões matemáticas atuariais, é correto afirmar que

- (A) o método retrospectivo baseia-se no valor acumulado das contribuições devidas no passado e os benefícios cobertos, sendo utilizado para a avaliação das obrigações líquidas futuras.
- (B) o método retrospectivo baseia-se no valor presente da diferença entre as obrigações passadas do segurador e as obrigações passadas do segurado.
- (C) O método prospectivo baseia-se no valor presente da diferença entre as obrigações futuras do segurado e as obrigações futuras do segurador.
- (D) o método prospectivo considera apenas os benefícios futuros e não as contribuições futuras, focando em garantir a solvência do plano.
- (E) o método de recorrência não leva em consideração a provisão calculada para o período anterior.

88

Sobre os regimes financeiros e os métodos de financiamento, é correto afirmar que

- (A) em um regime financeiro de capitalização, os recursos necessários para pagar os benefícios são acumulados ao longo do tempo, com base em contribuições regulares dos participantes e empregadores, e investidos para gerar retornos que ajudarão a cobrir as obrigações futuras, assegurando a solvência dos planos de previdência e mitigando os riscos de déficit.
- (B) o método de capitalização coletiva garante que cada participante receba benefícios proporcionais às suas contribuições, independentemente das contribuições de outros participantes ou do número de beneficiários do sistema.
- (C) o regime financeiro de repartição de capitais de cobertura é caracterizado por utilizar as contribuições atuais dos ativos para pagar os benefícios correntes dos aposentados, sem acumular reservas, o que pode levar a desafios de sustentabilidade a longo prazo.
- (D) o regime financeiro de repartição simples pressupõe a receita de juros a partir do investimento das contribuições no mercado financeiro.
- (E) o regime orçamentário acumula contribuições ao longo do tempo para formar um fundo que pagará os benefícios futuros, a fim de não depender de recursos adicionais para a cobertura de déficits, garantindo a solvência do sistema.

89

Quanto aos métodos de financiamento, é correto afirmar que

- (A) no método Idade Normal de Entrada, as contribuições são calculadas com base na idade do participante no momento da adesão ao plano, garantindo que as contribuições sejam suficientes para cobrir os benefícios futuros, levando em consideração a expectativa de vida e outros fatores atuariais.
- (B) o método Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o custo dos benefícios futuros com base nas projeções de salários e tempo de serviço dos participantes, ajustando as contribuições ao longo do tempo para assegurar o equilíbrio financeiro do plano de previdência. Desta forma, as contribuições são calculadas com base no serviço projetado, mas não no passado.
- (C) o método Crédito Unitário Projetado difere do método Crédito Unitário por considerar os efeitos da projeção da inflação futura e, conseqüentemente, o fator de capacidade.
- (D) o método Prêmio Nivelado Individual é um método de financiamento onde as contribuições são uniformemente niveladas ao longo do tempo, independentemente da idade ou do tempo de serviço do participante, facilitando a gestão do plano de previdência e uma arrecadação mais constante.
- (E) o método Agregado é um método de financiamento onde as contribuições dos participantes são somadas e comparadas com os benefícios totais projetados, ajustando-se as contribuições ao longo do tempo para manter o equilíbrio financeiro do plano, portanto, sem considerar o ativo garantidor do plano.

90

A respeito da taxa de juros atuarial em um plano de sobrevivência, as seguintes afirmativas estão corretas, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Quanto maior a taxa, menor é o passivo atuarial e o custo atuarial.
- (B) Reflete o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos da carteira do plano.
- (C) Reflete o valor esperado da rentabilidade futura dos títulos públicos de baixo risco.
- (D) Representa o valor mínimo de retorno dos recursos garantidores dos benefícios para o equilíbrio atuarial.
- (E) Sua definição depende de fatores demográficos e legais.

91

A respeito da influência no resultado atuarial a partir das premissas de rotatividade e reposição no contexto dos Regimes Próprios, é correto afirmar que

- (A) a rotatividade representa a frequência com que os empregados apenas saem, desconsiderando, portanto, as entradas, e pode impactar o cálculo das reservas, além dos valores de créditos com Compensação Previdenciária.
- (B) a rotatividade representa a frequência com que os empregados apenas saem, desconsiderando, portanto, as entradas, e pode impactar o cálculo das reservas, além dos valores de débitos com Compensação Previdenciária.
- (C) a rotatividade, em regra, tem o efeito de piorar o resultado atuarial de um plano deficitário.
- (D) a reposição tem seu conceito semelhante ao de rotatividade, pois representa a saída servidores.
- (E) a reposição e a rotatividade deverão ser compatíveis entre si, de forma a, por exemplo, resultar em aumento da massa de segurados em atividade com as gerações futuras.

92

A apuração de perdas e ganhos atuariais do plano é feita com base na comparação dos resultados da reavaliação atuarial com os valores projetados pela avaliação anterior.

Quanto à variação no resultado atuarial dos planos dos Regimes Próprios em função das premissas projetadas e ocorridas, é correto afirmar que

- (A) a idade média de entrada observada acima da projetada gera ganho atuarial.
- (B) a meta atuarial, quando superada ou “batida”, gera perda atuarial.
- (C) as taxas de óbito mensuradas por testes de aderência e inferidas acima das tábuas biométricas de sobrevivência geram ganho atuarial.
- (D) o crescimento salarial em taxas inferiores à inflação gera perda atuarial.
- (E) a inflação acima do esperado de acordo com a premissa atuarial de fator de capacidade gera perda atuarial.

93

Os termos Avaliação Atuarial, Nota Técnica Atuarial, Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial, Parecer Atuarial e Auditoria Atuarial envolvem conceitos interdependentes.

Em relação ao tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Avaliação Atuarial é um relatório político e subjetivo, que envolve a análise de premissas atuariais, econômicas, financeiras e administrativas, com o objetivo de determinar a solvência do plano e identificar possíveis ajustes necessários para manter o equilíbrio financeiro e atuarial.
- (B) A Nota Técnica Atuarial é um documento técnico e objetivo, que detalha as premissas, métodos e procedimentos utilizados na Avaliação Atuarial de um plano, fornecendo uma base transparente e rigorosa para a explicação e possível replicagem dos cálculos, devendo também ser distinta por fundo em Repartição e fundo em Capitalização, em caso de segregação da massa.
- (C) O Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial inclui informações sobre a situação financeira do plano de previdência, incluindo ativos, passivos, contribuições e benefícios, bem como quaisquer déficits ou superávits identificados, fornecendo uma visão clara da solvência de curto prazo.
- (D) O Parecer Atuarial é um documento que contém a opinião técnica profissional do atuário a fim de fundamentar decisões judiciais ou arbitrais, fornecendo uma base técnica sólida e imparcial para a resolução de disputas envolvendo questões financeiras e atuariais.
- (E) O relatório de Auditoria Atuarial é realizado pelo membro responsável da equipe de Avaliação Atuarial, que é um profissional especializado na avaliação das práticas atuariais em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

94

Quanto ao plano de custeio atuarial e sua viabilidade, é **incorreto** afirmar que

- (A) a viabilidade orçamentária de um plano de previdência é avaliada considerando a capacidade do plano de arrecadar contribuições suficientes, obter retornos de investimentos adequados e manter um equilíbrio atuarial que garanta o pagamento dos benefícios prometidos, assegurando a solvência e a sustentabilidade financeira a longo prazo.
- (B) o custo normal em um plano refere-se às contribuições necessárias para financiar os benefícios futuros acumulados durante o período de serviço corrente dos participantes, garantindo que as reservas sejam suficientes para cobrir essas obrigações ao longo do tempo.
- (C) o custo suplementar em um plano é necessário quando existem déficits atuariais, exigindo contribuições adicionais para garantir a solvência e o equilíbrio financeiro, e assegurando que os benefícios prometidos possam ser pagos.
- (D) o plano de equacionamento do déficit atuarial é desenvolvido para estabelecer medidas específicas para corrigir déficits identificados em um plano de previdência, incluindo ajustes nas contribuições, mudanças nas premissas atuariais ou modificações nos benefícios, assegurando a solvência e a sustentabilidade do plano a longo prazo.
- (E) o plano de equacionamento do déficit atuarial deve garantir não somente a solvência do plano, mas também preservar a viabilidade financeira, fiscal e orçamentária do ente público federativo patrocinador.

95

Sobre a Auditoria Atuarial, é **incorreto** afirmar que

- (A) contribui para a transparência e a confiança nos resultados atuariais, fornecendo uma revisão independente e objetiva das premissas e métodos utilizados, e recomendando melhorias para assegurar a precisão e a conformidade com os padrões profissionais e regulatórios.
- (B) envolve a revisão independente das premissas atuariais, métodos e cálculos utilizados, assegurando a conformidade com os padrões profissionais e regulatórios, e a precisão das projeções financeiras e atuariais.
- (C) é uma auditoria contábil, porque enfoca especificamente as premissas atuariais, métodos e cálculos utilizados, assegurando a precisão das projeções atuariais, fluxos atuariais e a conformidade com os padrões profissionais e regulatórios, além de avaliar a solvência e a sustentabilidade.
- (D) é essencial para assegurar a integridade e a confiabilidade dos resultados atuariais, identificando discrepâncias ou erros nas premissas ou métodos utilizados, e recomendando ajustes necessários para garantir a solvência.
- (E) o papel do auditor atuarial inclui avaliar a conformidade do plano com as normas internas e legislação vigentes, revisando as premissas, métodos e cálculos atuariais, e garantindo que as práticas atuariais sejam adequadas.

96

Segundo a Portaria MTP nº 1.467/2022, as contribuições normais e as suplementares e aportes destinados ao equacionamento do déficit atuarial, legalmente instituídos, inclusive seus encargos legais, devidos pelo ente federativo e não repassadas à unidade gestora do Regime Próprio até o seu vencimento, depois de apurados e confessados, pode ser objeto de Termo de Acordo de parcelamento para pagamento em moeda corrente, assegurado o equilíbrio financeiro e atuarial do regime e observados, no mínimo, o seguinte critério:

- (A) admite-se o parcelamento de débitos, parcelados anteriormente, mediante autorização em lei específica, observados ainda parâmetros adicionais.
- (B) aplicação de correção equivalente ao índice oficial de atualização acrescido da meta atuarial utilizada na avaliação atuarial do Regime Próprio quando da celebração do Termo.
- (C) autorização em lei específica do ente federativo.
- (D) previsão, em cada Termo de Acordo, do número máximo de 180 (cento e oitenta) prestações mensais, iguais e sucessivas.
- (E) vedação de inclusão de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

97

Segundo a Portaria MTP nº 1.467/2022, a premissa ou hipótese atuarial que pode ser utilizada em uma avaliação atuarial para um regime próprio de previdência social é a

- (A) tábua biométrica CSO-58 para taxa de sobrevivência de válidos.
- (B) tábua biométrica Alvaro Vindas desagravada para a taxa de entrada em invalidez.
- (C) taxa de crescimento da remuneração de 0,5% ao ano acima da inflação.
- (D) taxa de juros real de 7% ao ano para a meta atuarial.
- (E) taxa de rotatividade de 1% a cada ano de projeção.

98

A Lei 9.717, de 27/11/1998, que dispõe sobre regras dos regimes próprios dos servidores públicos, afirma que obrigatoriamente será realizada

- (A) auditoria atuarial anual.
- (B) avaliação atuarial anual.
- (C) avaliação atuarial e auditoria atuarial.
- (D) avaliação atuarial anual e auditoria atuarial a cada dois anos.
- (E) avaliação atuarial a cada dois anos e auditoria atuarial a cada cinco anos.

99

Em relação às Emendas Constitucionais que reformaram os regimes geral e próprios de previdência social, é **incorreto** afirmar que

- (A) apenas com a Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, a Constituição Federal de 1988 passou a adotar o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, também posteriormente adotado com o artigo 69 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000).
- (B) a Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003 criou o princípio da solidariedade contributiva, o que permitiu a cobrança de contribuição de inativos e pensionistas.
- (C) a Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005 restabeleceu critérios condicionantes de paridade e integralidade na aposentadoria, anteriormente retirados pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.
- (D) a Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012 estabeleceu novos critérios para o cálculo da aposentadoria por invalidez se o servidor ingressou no serviço público antes da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.
- (E) a Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019 instituiu a idade mínima para aposentadoria de 60 anos para mulheres e 65 anos para homens, tanto para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) quanto para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

100

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), o ente público deverá publicar o demonstrativo da projeção atuarial dos regimes próprios de previdência dos servidores públicos, como um anexo do seguinte instrumento jurídico:

- (A) jornal de grande circulação.
- (B) lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) lei de orçamento anual.
- (D) plano plurianual.
- (E) sítio eletrônico do ente público.

Realização

